



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS

PROVA TIPO

1

Cargo (Nível Superior – NS):

08. AGENTE DE CONTROLE INTERNO

Prova de Conhecimentos Gerais,
Específicos e Especializados

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este **Caderno de Questões** somente deverá ser aberto quando for autorizado pelo(a) Fiscal.
2. Antes de iniciar a prova, confira se o tipo da prova do **Caderno de Questões** é o mesmo da etiqueta da banca e da **Folha de Respostas** de questões objetivas.
3. Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Verifique, também, se contém **100 (cem)** questões objetivas com 5 (cinco) alternativas cada. Caso contrário, comunique imediatamente ao Fiscal.
4. O tempo disponível para esta prova é de **5 (cinco) horas**. Faça-a com tranquilidade, mas **controle seu tempo**. Esse **tempo** inclui a marcação da **Folha de Respostas** de questões objetivas.
5. Você somente poderá sair em definitivo do Local de Prova depois de decorridas **2 (duas) horas** do início da aplicação.
6. Na **Folha de Respostas** de questões objetivas, confira seu nome, número do seu documento de identificação, tipo de prova e cargo escolhido.
7. Em hipótese alguma lhe será concedida outra **Folha de Respostas** de questões objetivas.
8. Preencha a **Folha de Respostas** de questões objetivas utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Na **Folha de Respostas** de questões objetivas, preencha completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme o modelo:

	A	B	C	D	E
1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
9. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha na **Folha de Respostas** de questões objetivas: dupla marcação, marcação rasurada, emendada ou com "X", não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita.
10. A correção da prova objetiva será efetuada de forma eletrônica, considerando-se apenas o conteúdo da **Folha de Respostas** de questões objetivas.
11. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, os pontos serão atribuídos a todos(as) os(as) candidatos(as).
12. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
13. Ao terminar a prova, **devolva** ao(à) **Fiscal** de Sala este **Caderno de Questões**, juntamente com a **Folha de Respostas** de questões objetivas, e **assine a Lista de Presença**.
14. Na sala que apresentar apenas 1 (um/uma) Fiscal, os(as) 3 (três) últimos(as) candidatos(as) somente poderão ausentar-se da sala juntos, após a **assinatura da Ata de Encerramento** de provas.
15. **Assine** este Caderno de Questões e **coloque** o número do seu documento de identificação (RG, CNH etc.).

N. do doc. de identificação (RG, CNH etc.):

Assinatura do(a) candidato(a):

TCE/AL

Edital nº 01/2022

2022

CONHECIMENTO GERAL – LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01

O cortiço

O rumor crescia, condensando-se; o zunzum de todos os dias acentuava-se; já se não destacavam vozes dispersas, mas um só ruído compacto que enchia todo o cortiço. Começavam a fazer compras na venda; ensarilhavam-se discussões e rezingas; ouviam-se gargalhadas e pragas; já se não falava, gritava-se. Sentia-se naquela fermentação sanguínea, naquela gula viçosa de plantas rasteiras que mergulhavam os pés vigorosos na lama preta e nutriente da vida o prazer animal de existir, a triunfante sensação de respirar sobre a terra.

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Ática, 1970. p. 28.

No texto, há uma expressão zoomórfica. Assinale a alternativa que exemplifica essa expressão.

- A) “a triunfante sensação de respirar sobre a terra”
- B) “o zunzum de todos os dias acentuava-se”
- C) “Começavam a fazer compras na venda”
- D) “O rumor crescia, condensando-se”
- E) “ouviam-se gargalhadas e pragas”

QUESTÃO 02

Cem anos de solidão

O presidente da república dirigiu-lhe um telegrama de pêsames, prometia uma investigação exaustiva e rendia homenagem aos mortos. Por ordem sua, o alcaide apresentou-se no enterro com quatro coroas fúnebres que pretendeu colocar sobre os ataúdes, mas o coronel o botou no olho da rua. Depois do enterro, redigiu e entregou pessoalmente um telegrama violento para o presidente da república, que o telegrafista se negou a despachar. Então ele o enriqueceu com termos de singular agressividade, meteu-o num envelope e o despachou pelo correio.

MARQUEZ, Gabriel Garcia. *Cem anos de solidão*. Rio de Janeiro: Record, 2020. p. 261.

Em qual das alternativas, todos os termos sublinhados exercem a mesma função sintática?

- A) “Então ele o enriqueceu com termos de singular agressividade, meteu-o num envelope e o despachou pelo correio”
- B) “O presidente da república dirigiu-lhe um telegrama de pêsames, prometia uma investigação exaustiva e rendia homenagem aos mortos”
- C) “o alcaide apresentou-se no enterro com quatro coroas fúnebres que pretendeu colocar sobre os ataúdes, mas o coronel o botou no olho da rua”
- D) “Depois do enterro, redigiu e entregou pessoalmente um telegrama violento ao presidente da república, que o telegrafista se negou a despachar”
- E) “que o telegrafista se negou a despachar. Então ele o enriqueceu com termos de singular agressividade, meteu-o num envelope e o despachou pelo correio”

QUESTÃO 03

DIA DOS NAMORADOS



Disponível em: <<https://d.gazetadealagoas.com.br/charges/356728/charge-de-adnael-silva---11-e-12062022>>. Acesso em: 27. ago. 2022 (adaptada).

Do ponto de vista sintático, é correto afirmar:

- A) há no texto um período simples com sujeito exposto na frase.
- B) quis te dar, no texto, é uma oração subordinada adjetiva restritiva.
- C) a oração sempre quis pode ser classificada como subordinada reduzida de infinitivo.
- D) o termo sempre, no texto, é um adjunto adverbial de tempo, e a expressão bem caro é um predicativo do sujeito.
- E) a forma pronominal te e a expressão um presente bem caro desempenham, respectivamente, as funções sintáticas de objeto indireto e de objeto direto, sendo a forma verbal dar bitransitiva.

QUESTÃO 04

Sobre a brevidade da vida

Coloco em primeiro lugar aqueles que nunca estão disponíveis para nada, senão para o vinho e para os prazeres carnisais. Outros, embora se prendam à imagem da glória, erram honradamente. Podes me enumerar os avarentos, os raivosos ou os que se entregam a ódios e injustas guerras. Eles, pelo menos, pecam de forma mais viril. Todavia, os que se abandonam à gula e aos prazeres carnisais se degradam de forma desonrosa.

SÊNECA. *Sobre a brevidade da vida*. Porto Alegre: L&M Pocket, 2015. p. 40.

As opiniões de Sêneca se referem

- A) a perfis humanos destoantes, embora vinculados à mesma capacidade de errar.
- B) à paridade de perfis psicológicos entre os indivíduos humanos.
- C) às virtudes daqueles que se entregam aos prazeres carnisais.
- D) ao sentimento de culpa dos dois perfis humanos citados.
- E) à capacidade humana de pecar honradamente.

QUESTÃO 05



Disponível em: <<http://professormarcoscortinovis.blogspot.com/2013/07/pronomes-demonstrativos.html>>. Acesso em: 27. ago. 2022.

No trecho da tirinha: “Esse deve ser o tal indicador de desemprego de que tanto se fala”, é correto afirmar que o pronome “esse”

- A) significa que o dedo indicador da personagem consegue apontar para o passado e o futuro.
- B) ajuda a personagem a perceber-se na realidade do trabalho por meio da interjeição “Ah”.
- C) aponta para dois aspectos do texto: o dedo indicador e o indicador de desemprego.
- D) traz uma perspectiva de reflexão acerca da relação entre patrão e empregado.
- E) refere-se ao problema do desemprego que está sendo muito falado ultimamente.

QUESTÃO 06

“Se a pessoa já começou a desenvolver os primeiros sintomas, o ideal é procurar um serviço médico, para um diagnóstico assertivo diferenciando de outras doenças que podem ser clinicamente semelhantes e podem confundir”.

No excerto, do ponto de vista gramatical,

- A) há a presença da conjunção integrante **QUE** em “que podem ser...”.
- B) há um período estruturado por orações coordenadas sindéticas e assindéticas.
- C) a primeira oração é classificada como uma condicional, e a última, como um coordenada sindética.
- D) a primeira oração é classificada como principal, e a última, como relativa, uma vez que é encabeçada pelo pronome **QUE**.
- E) há um período estruturado por orações subordinadas adverbiais e substantivas, não apresentando outros arranjos sintáticos.

QUESTÃO 07

Poema de sete faces

Carlos Drummond de Andrade

Quando nasci, um anjo torto
 desses que vivem na sombra
 disse: Vai, Carlos! ser gauche na vida.
 As casas espiam os homens
 que correm atrás de mulheres.
 A tarde talvez fosse azul,
 não houvesse tantos desejos.
 O bonde passa cheio de pernas:
 pernas brancas pretas amarelas.
 Para que tanta perna, meu Deus,
 pergunta meu coração.
 Porém meus olhos
 não perguntam nada.
 O homem atrás do bigode
 é sério, simples e forte.
 Quase não conversa.

Tem poucos, raros amigos
 o homem atrás dos óculos e do bigode.
 Meu Deus, por que me abandonaste
 se sabias que eu não era Deus
 se sabias que eu era fraco.
 Mundo mundo vasto mundo,
 se eu me chamasse Raimundo
 seria uma rima, não seria uma solução.
 Mundo mundo vasto mundo,
 mais vasto é meu coração.
 Eu não devia te dizer
 mas essa lua
 mas esse conhaque
 botam a gente comovido como o diabo.

Disponível em: <<https://www.culturagenial.com/poemas-de-carlos-drummond-de-andrade/>>. Acesso em: 27. ago. 2022.

Sobre o eu-lírico desse poema, é correto afirmar que se chama “Carlos”

- A) e parece estar sobressaltado com a vastidão do mundo que observa a seu redor.
- B) e, assim como o anjo determinou, foi ser gauche na vida e tem bigode e óculos.
- C) e foi trazido ao mundo por um anjo; por isso, não sabe bem como lidar com a humanidade.
- D) e seu apelido é “gauche”, e, apesar de ser trazido por um anjo, comove-se como um diabo.
- E) e está inconformado com a quantidade de pessoas que andam de bonde e bebem conhaque.

QUESTÃO 08

Como Poe, poeta louco americano

Eu pergunto ao passarinho:

Blackbird, assum preto, o que se faz?

Raven, never, raven, never, raven, never, raven, never, raven

Assum preto, pássaro preto, *blackbird*, me responde: Tudo já ficou atrás

BELCHIOR. Velha roupa colorida. PolyGram, 1976.

Quanto à intertextualidade nos versos de Belchior, assinale a alternativa correta.

- A) Os termos em inglês se entrecruzam em seus significados à interpretação geral do texto. Como se pode ver, há uma relação sinonímica provocada por alternância de línguas: “*blackbird*” (pássaro preto), *raven* (corvo), assum preto.
- B) Há uma composição de um quadro panorâmico nos versos de Belchior, já que “*blackbird*” (pássaro preto), “*raven*” (corvo) e “assum preto” são expressões provenientes da poesia de Poe.
- C) Os termos em línguas distintas, embora apresentem similaridade de sentido, provocam efeitos antonímicos, ou seja, o paralelismo é por diferença e não por semelhança.
- D) Essas interconexões linguísticas são alheias à ideia central do texto. Portanto, é possível concluir que os estrangeirismos provocam simplesmente efeitos estéticos.
- E) São relações de efeito poético, as quais desconsideram os cruzamentos de significados existentes em texto de estrutura linguística híbrida.

QUESTÃO 09

Dados os seguintes enunciados quanto ao uso do acento grave,

- I. À noite, todos os gatos são pardos.
- II. Dr. João Pestana, à partir da próxima segunda-feira, atenderá a tarde em novo endereço.
- III. O terapeuta, a moda de Freud, acredita que há processos psíquicos inconscientes.
- IV. O poeta, à 10m de distância, enxergou à amada.
- V. Nosso desejo é namorar Judite às escondidas.

assinale a alternativa correta.

- A) Em II, o uso do acento grave foi violado duas vezes, sendo na expressão, “à *partir*”, um caso facultativo.
- B) Em IV, as duas ocorrências do acento grave expressam usos adequados da crase no Português.
- C) Em III, não há violação à norma culta padrão da escrita do Português quanto ao uso da crase.
- D) Em I, o uso do acento grave justifica-se por se tratar de locução adverbial feminina.
- E) Em V, na locução “às *escondidas*”, o uso da crase é facultativo.

QUESTÃO 10

Apesar de a varíola transmitida pelo vírus *Monkeypox* ser considerada uma doença autolimitada, que geralmente se cura sozinha, em alguns casos pode haver a necessidade de um tratamento medicamentoso específico, sobretudo entre pessoas imunossuprimidas, segundo especialistas e órgãos governamentais de saúde. Já são mais de 1.000 casos confirmados da doença fora da África, onde ela é endêmica, que vem se espalhando pelo mundo nas últimas semanas, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Por isso, ao aparecer os primeiros sintomas, mesmo que suspeitos, é importante procurar atendimento médico para prescrição da melhor conduta, afirma a diretora do Laboratório de Virologia do Instituto Butantan, Viviane Botosso.

“Se a pessoa já começou a desenvolver os primeiros sintomas, o ideal é procurar um serviço médico, para um diagnóstico assertivo diferenciando de outras doenças que podem ser clinicamente semelhantes e podem confundir. Em caso confirmado, é necessário isolar o paciente e iniciar o tratamento preconizado”, diz Viviane.

Os principais sintomas atribuídos ao *Monkeypox* são febre, dores no corpo e na cabeça, calafrios e exaustão, que podem durar em média três dias. Eles são seguidos de lesões na pele que evoluem em cinco estágios, conhecidos como mácula, pápulas, vesículas, pústulas e finalmente crostas, estágio final quando caem. É principalmente o contato com elas que causa a transmissão do vírus para outras pessoas.

Disponível em: < <https://butantan.gov.br/noticias/o-que-e-recomendado-e-o-que-deve-ser-descartado-no-tratamento-da-variola-causada-pelo-monkeypox>>. Acesso em: 27. ago. 2022.

Sobre o texto em tela, é correto afirmar que, do ponto de vista argumentativo,

- A) o texto pode ser sintetizado como um alerta ao risco de pandemia pelo Monkeypox.
- B) o autor segue um viés neutro, em que as informações sobre o vírus são tratadas de modo a não utilizar operadores argumentativos.
- C) uma das estratégias utilizadas é o discurso reportado de autoridade, quer por meio de instituição, quer por meio de especialista sobre o vírus Monkeypox.
- D) as expressões “apesar de” e “por isso”, que iniciam o primeiro e segundo parágrafos, respectivamente, são semanticamente destituídas de sentido no texto.
- E) a autora do texto, Viviane, reforça, no terceiro parágrafo (“Se a pessoa [...] o tratamento preconizado”), a ideia principal veiculada pelo texto; por isso, o excerto aparece entre aspas.

QUESTÃO 11

Faltando um pedaço

Djavan

O amor é um grande laço
Um passo pr'uma armadilha
Um lobo correndo em círculo
Pra alimentar a matilha

Comparo sua chegada
Com a fuga de uma ilha
Tanto engorda, quanto mata
Feito desgosto de filha
De filha

[...]

Disponível em: <<https://www.lettras.com/djavan/45524/>>. Acesso em: 27. ago. 2022.

Há, no texto,

- A) eufemismo e ironia, na primeira estrofe, e catacrese, na segunda.
- B) eclipse e hipérbato, na primeira estrofe, e metáfora, na segunda.
- C) hipérbole e aliteração, na primeira estrofe, e comparação, na segunda.
- D) anáfora e metáfora, na primeira estrofe, e hipérbole, na segunda.
- E) metáfora e prosopopéia, na primeira estrofe, e comparação, na segunda.

QUESTÃO 12

Toda a vida da alma humana é um movimento na penumbra. Vivemos, num lusco-fusco da consciência, nunca certos com o que somos ou com o que nos supomos ser. No melhor de nós, vive a vaidade de qualquer coisa, e há um erro cujo ângulo não sabemos. Somos qualquer coisa que se passa no intervalo do espetáculo. Por vezes, por algumas portas, entrevemos o que talvez não seja senão cenário. Todo mundo é confuso como vozes na noite.

PESSOA, Fernando. *Livro do desassossego*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 63.

O autor do texto

- A) abdica das metáforas ao falar de incertezas e dúvidas humanas em tom narrativo.
- B) mostra que a vida é um paradoxo que se associa à consistência e às certezas.
- C) prescinde de estruturas simbólicas da linguagem poética, face à intenção confessional.
- D) apropria-se da metáfora, em tom poético e narrativo para relevar a inconsistência da vida.
- E) traz uma variável alegórica para confirmar a natureza racional e objetiva de seu ponto de vista.

QUESTÃO 13

Imagine um grupo de pessoas que habitam o interior de uma caverna subterrânea. Elas estão de costas para a entrada da caverna e acorrentadas no pescoço e nos pés, de sorte que tudo o que veem é a parede da caverna. Atrás delas, ergue-se um muro alto e por trás desse muro passam figuras de formas humanas sustentando outras figuras que se elevam para além da borda do muro. Como há uma fogueira queimando atrás dessas figuras, elas projetam sombras bruxuleantes na parede da caverna. Assim, a única coisa que as pessoas da caverna podem ver é este teatro de sombras. E como essas pessoas estão ali desde que nasceram, elas acham que as sombras que veem são a única coisa que existe.

GAARDER, Jostein. *O mundo de Sofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 105.

Considere os fragmentos expostos e assinale a alternativa cuja reescrita – entre parênteses – provocou dano à variável culta da língua.

- A) “Imagine um grupo de pessoas que habitam o interior de uma caverna subterrânea” (Imagine um grupo de pessoas que habita o interior de uma caverna subterrânea).
- B) “Atrás delas, ergue-se um muro alto e por trás desse muro passam figuras de formas humanas” (Por trás delas, um muro alto é erguido. Por trás desse muro, projetam-se figuras de formas humanas).
- C) “E como essas pessoas estão ali desde que nasceram, elas acham que as sombras que veem são a única coisa que existe” (Estando ali desde que nasceram, essas pessoas pensam, que as sombras são a única coisa que existe).
- D) “Como há uma fogueira queimando atrás dessas figuras, elas projetam sombras bruxuleantes na parede da caverna” (Sombras bruxuleantes são projetadas na parede da caverna, pois há uma fogueira que queima atrás dessas figuras).
- E) “Elas estão de costas para a entrada da caverna e acorrentadas no pescoço e nos pés, de sorte tudo o que veem é a parede da caverna” (De costas para a entrada da caverna e acorrentadas no pescoço e nos pés, o que se lhes apresenta, de sorte, é a parede da caverna).

QUESTÃO 14

Na manhã de ontem, 65% dos moradores de São Joaquim vai acordar com casa nova, promete o prefeito. Grande parte deles perderam suas moradias por causa do temporal ocorrido no mês de julho de 2021. Para receber o benefício, o morador necessita cadastro nos programas sociais da Prefeitura, o que implica a aceitação tácita das regras previamente estabelecidas para ter direito a casa própria.

Do ponto de vista gramatical, os trechos em destaque apresentam, respectivamente, desvios referentes a:

- A) regência verbal, regência nominal e crase.
- B) regência nominal, regência nominal e crase.
- C) concordância nominal, concordância verbal e crase.
- D) concordância verbal, regência verbal e regência nominal.
- E) concordância verbal, regência nominal e regência verbal.

QUESTÃO 15

Até o fim

Chico Buarque e Ney Matogrosso

Quando nasci veio um anjo safado
O chato dum querubim
E decretou que eu tava predestinado
A ser errado assim
Já de saída a minha estrada entortou
Mas vou até o fim

O trecho parece ter uma coincidência em relação ao nascimento do eu-lírico “Carlos”, no “Poema de sete faces”, de Carlos Drummond de Andrade. Veja:

Quando nasci, um anjo torto
desses que vivem na sombra
disse: Vai, Carlos! ser gauche na vida.

O fenômeno linguístico-discursivo que explica essa coincidência de fatos entre um texto anterior e outro posterior é denominado de

- A) intermodalidade.
- B) intertextualidade.
- C) interconectividade.
- D) interseção de textos.
- E) inter-relacionamento.

QUESTÃO 16

Eis um exemplo da física que parece desafiar qualquer esforço racional de interpretação: o chamado emaranhado quântico. Trata-se de uma propriedade de certos sistemas quânticos tão exótica que Einstein batizou de ação fantasmagórica. O estranho aqui é que esse emaranhado parece implicar que a velocidade da luz não é a velocidade limite na natureza.

GLEISER, Marcelo. *A simples beleza do inesperado*. Rio de Janeiro, Record, 2016. p. 83.

Quanto ao texto, é correto afirmar:

- A) há uma complexidade nos fenômenos físicos; todavia, a chamada “ação fantasmagórica” obedece à nossa capacidade de catalogar e cartografar os vieses que a compõem a partir de atividades racionais e antropomórficas.
- B) se Einstein vê o emaranhado cósmico como “ação fantasmagórica”, compreende-se que, por um ato racional, seria capaz de aplicar ao fenômeno conceitos e valores categóricos.
- C) se o emaranhado quântico desafia a interpretação racional, há em seu construto uma transcendência capaz de desafiar ações antropomórficas sobre os fenômenos físicos.
- D) a velocidade da luz constitui uma matriz hermética à velocidade limite da natureza, ou seja, ambas se equivalem, ambas se configuram numa relação de paridade.
- E) o emaranhado quântico também é uma ação antropomórfica sobre os fenômenos físicos, mesmo sendo um fantasma para Einstein.

QUESTÃO 17

É sempre sobre um fundo fixo, é sempre sobre órbitas há muito estabelecidas, que o conhecimento se torna possível. Muito ao contrário de buscar a verdade, o conhecimento tem como função traduzir o desconhecido em conhecido, com o objetivo de tornar ordenado – o que pode ser substituído por humanizado – o que é caótico, o que é devir. Saber, portanto, não é conhecer, mas esquematizar, simplificar, traduzir a pluralidade, o excesso em um esquema reduzido de sinais.

MOSÉ, Viviane. *Nietzsche e a grande política da linguagem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 139.

Assinale a alternativa que traduz um argumento correto em relação ao texto.

- A) Os saberes desconhecidos são ordenados a fim de que a verdade se estabeleça a partir da pluralidade dos fenômenos.
- B) O caos é posterior ao processo de ordenamento, cujo objetivo é mapear e simplificar um mundo desconhecido.
- C) O conhecimento torna a verdade mapeada, simplificada e a reintegra ao conjunto de saberes humanos.
- D) O processo de ordenamento da pluralidade transforma o que é conhecido em saberes desconhecidos.
- E) O ato de transformar o desconhecido em conhecido é uma ação humana de ordenação do caos.

QUESTÃO 18

Longa foi a agonia, longa e cruel, de uma crueldade minuciosa, fria, repisada, que me encheu de dor e estupefação. Era a primeira vez que eu via morrer alguém. Conhecia a morte de oitiva; quando muito a tinha visto já petrificada no rosto de algum cadáver, que acompanhei ao cemitério, ou trazia a ideia embrulhada nas amplificações de retórica dos professores de coisas antigas – a morte aleivosa de César, a austera de Sócrates, a orgulhosa de Catão. Todavia esse duelo do ser e do não ser, a morte em ação, dolorida, contraída, convulsa, sem aparelho político ou filosófico, a morte de uma pessoa amada, essa foi a primeira vez que a pude encarar. Não chorei; lembro-me de que não chorei.

ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 73.

Das alternativas, assinale a correta.

- A) A conjunção **todavia**, em “Todavia esse duelo do ser e do não ser”, confirma uma dualidade conceitual a respeito da morte: a morte como entidade distante e a morte como sensibilidade afetiva.
- B) A expressão **de oitiva**, em “Conhecia a morte de oitiva”, indica a experiência prévia do narrador no seu parecer sobre a morte como algo cotidiano, reconhecido pelas consequências.
- C) O **que**, em “que me encheu de dor e estupefação”, comporta-se na estrutura sintática do período como complemento verbal; por isso, reporta-se a um termo anterior.
- D) A preposição **de**, em “lembro-me de que não chorei”, aparece como elemento expletivo, ou seja, apenas para realçar a estrutura morfossintática.
- E) O pronome **essa**, em “essa foi a primeira vez que a pude encarar”, reporta-se a uma opinião posterior ao fato referenciado.

QUESTÃO 19

As experiências de retorno às aulas durante os dois primeiros anos de enfrentamento à Covid-19, portanto período de 2020/2021, mostraram realidades distintas e permitem uma análise sobre medidas administrativas e decisões tomadas em meio a muitas incertezas e pânico. Em Taiwan (China), adotou-se estratégia anteriormente utilizada durante a pandemia do vírus H1N1, em 2009, ou seja, fechamentos temporários e localizados, baseados nas taxas de infecção locais, em conjunto com medidas de saúde e segurança no ambiente escolar (UNESCO, 2020).

Em Israel, as escolas fecharam em 13 de março e reabriram em 17 de maio de 2020. A partir de 26 de maio iniciou-se um surto de transmissão em massa, que forçou um novo fechamento de todas. As classes na primeira escola atingida tinham mais de trinta alunos e a maior parte dos alunos participavam de atividades extracurriculares (IPEA, 2020, p. 8). Já na Alemanha os principais jornais norte-americanos, entre estes o *New York Times Journal* (2021), tornaram públicas as suas práticas, onde as aulas se deram com observância do regime semipresencial a partir de setembro de 2020 em função da capacidade e habilidade em gerenciar a crise observando rigorosamente diretrizes da Organização Mundial da Saúde (ONU, 2021c) e diferenciais, tais como, testagem em massa com resultados rápidos para a Covid-19. A Inglaterra também adotou os protocolos sugeridos pela *WHO* (2020) de forma rigorosa, com ampla testagem e isolamento das turmas e famílias dos alunos em que a testagem identificou a presença do Coronavírus.

Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/14239>>. Acesso em: 29. ago. 2022.

A partir da leitura do texto, depreende-se que

- A) cada país adotou estratégias e protocolos próprios com vistas ao retorno às aulas e a uma cobertura vacinal adequada ao combate à COVID-19.
- B) diferentes países adotaram medidas semelhantes para o combate à COVID-19, tendo como resultados a diminuição da taxa de contaminação e o retorno das crianças às aulas.
- C) os países adotaram medida semelhante àquelas adotadas na pandemia pelo vírus H1N1, de 2009, com regime semipresencial de aulas, visando à segurança escolar e o restabelecimento das aulas.
- D) a testagem em massa, o fechamento em massa das escolas e o isolamento de crianças com exames positivos para COVID-19 foram medidas adotadas pelos países mencionados no artigo, com vistas à segurança das crianças em idade escolar.
- E) os países mencionados usaram estratégias e protocolos diversos para o retorno às aulas durante o período pandêmico, sendo fechamento localizados ou em massa, aulas semipresenciais, testagem em massa e isolamento de turmas ou famílias que testaram positivo para COVID-19 algumas das medidas tomadas.

QUESTÃO 20

O conceito de norma linguística desde sempre oscila entre uma perspectiva do normal e uma perspectiva do normativo. A primeira é de interesse da sociolinguística e das práticas descritivas da língua; a segunda é o foco de atenção da gramática normativa e das práticas prescritivas. Na sociedade brasileira contemporânea, no entanto, essa separação se torna cada vez mais instável e difusa, dando origem de fato a normas híbridas, em que se confundem prescrições tradicionais e representações do normativo por parte dos diferentes falantes. Nos processos sociais de tradução, essa hibridização fica patente nas diferentes normas que incidem sobre um texto traduzido desde sua produção pelo tradutor até sua impressão definitiva e chegada ao mercado. Entre esses dois polos, diversos agentes normativos interferem na tradução, muitas vezes em franca oposição às opções iniciais do tradutor.

Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10546/1/ARTIGO_NormaLinguisticaHibridismo.pdf>. Acesso em: 27. ago. 2022.

Do ponto de vista semântico, é correto afirmar que

- A) “hibridização” constitui um hiperônimo de norma linguística.
- B) “sociolinguística” constitui hipônimo de gramática normativa.
- C) “práticas descritivas” e “práticas prescritivas” constituem antonímia.
- D) “tradução” conota uma clara distinção entre práticas descritivas e práticas prescritivas.
- E) “sociolinguística” e “práticas prescritivas” constituem duas abordagens sobre as línguas, as quais abordam o normal das línguas.

CONHECIMENTO GERAL – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

QUESTÃO 21

O Estado Moderno como conhecemos teve início com a decadência do feudalismo. Sobre esse início, é correto afirmar que

- A) houve predominância na descentralização política.
- B) o rei, naquela época, submetia-se a um regime fixo de leis.
- C) a sua primeira feição se deu sobre a forma de um Estado absolutista.
- D) a França e a Inglaterra estão entre os dois primeiros Estados Nação a unificar os seus territórios.
- E) havia clara divisão de poderes, como conhecemos hoje, entre os chefes do executivo, legislativo e judiciário.

QUESTÃO 22

O Estado brasileiro não surgiu como um Estado federado, sendo o modelo federativo criado apenas com a Constituição de 1891. Esse modelo foi mantido na nossa atual Constituição de 1988. Dadas as afirmativas,

- I. O modelo federal adotado pela Constituição de 1988 diz que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal. Sua organização política compreende União, Estados, Distrito Federal e Municípios em forma de hierarquia.
- II. A Constituição Federal de 1988 trouxe mais competências e maiores responsabilidades para os Municípios.
- III. O princípio da predominância do interesse, priorizado na Constituição de 1988, definiu pelo tratamento uniforme dos assuntos de natureza regional e local.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 23

No que se refere à evolução das formas históricas de Estado, observou-se, em um determinado momento, que as decisões sobre políticas públicas vão além de eleger alguém por voto para lhe representar e tomar as decisões que se espera. A própria sociedade passa a interferir nas decisões de governo. Considerando o exposto, qual o conceito de Estado?

- A) Estado liberal.
- B) Estado absolutista.
- C) Estado social-democrático.
- D) Estado liberal democrático.
- E) Estado social-liberal e republicano.

QUESTÃO 24

São características de um Estado Federativo a sua descentralização política, a repartição de competências e uma constituição rígida. Dadas as afirmativas,

- I. A rigidez da nossa Constituição se configura, entre outras coisas, na inexistência do Direito de Secessão.
- II. A existência de uma Corte Constitucional é outra característica que pode ser somada a um Estado Federativo. No Brasil, ela é o Supremo Tribunal Federal.
- III. A possibilidade de intervenção está definida na Constituição Federal, mesmo considerando os entes autônomos.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) II, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 25

Dadas as afirmações quanto à decisão de um gestor público na implantação de uma faixa exclusiva para circulação de transporte público, considerando a doutrina Alemã do Direito Administrativo,

- I. Decisão adequada, quando o objetivo é minimizar os problemas de mobilidade urbana.
- II. Decisão necessária, quando se considera que os benefícios gerados superaram os seus custos.
- III. Decisão proporcional, quando fica claro que é aquela que menos limita um direito fundamental.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 26

Em 2019, os noticiários apontavam para a dificuldade de coalizões em parlamentos pelo mundo. Crises de confiança nos partidos tradicionais e dificuldade de uma agenda comum foram apontados como os principais motivos. Dadas as afirmativas,

- I. Em um Sistema Parlamentarista dito negativo, o novo governo precisa demonstrar maioria para tomar posse.
- II. O Chefe de Governo em um sistema Parlamentarista pratica os atos de administração.
- III. A função de chefe de Estado em um sistema parlamentarista pode ser exercida pelo presidente ou pelo monarca.
- IV. O voto de desconfiança é um mecanismo que pode derrubar governos no sistema parlamentarista.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 27

No âmbito da reforma administrativa do Estado Brasileiro, muitos presidentes lançaram ações importantes; algumas são conhecidas até hoje, como as listadas na primeira coluna do quadro:

1. Criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)	() Emílio Médici
2. Criação do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)	() Fernando Henrique Cardoso
3. Criou o Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado (MARE)	() Getúlio Vargas
4. Lançou a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações	() Juscelino Kubistchek
5. Criou a SUDENE e a Escola Brasileira de Administração Pública	() Itamar Franco

Relacione a segunda coluna de acordo com as afirmações contidas na primeira coluna e assinale a alternativa que contém a sequência correta.

- A) 1, 4, 3, 2, 5
- B) 2, 3, 1, 5, 4
- C) 3, 1, 5, 4, 2
- D) 4, 5, 2, 3, 1
- E) 5, 2, 4, 1, 3

QUESTÃO 28

O Banco Mundial, em um dos seus conceitos sobre governança, diz que é “a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções”. Cada ação nesse sentido obriga os gestores públicos ao processo de prestação de contas (*accountability*), informando e explicando os seus atos. Segundo a doutrina, a *accountability* pode ocorrer de várias formas. Assinale a alternativa correta.

- A) Quando a mídia livre faz pressão, expondo atos duvidosos de agentes públicos, no exercício do controle social, está praticando uma *Accountability* Horizontal.
- B) Quando os eleitores do Estado escolhem o seu governador, aprovando ou reprovando algum nome na urna eletrônica, estão praticando uma *Accountability* Social.
- C) O Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, ao exercer o seu poder institucional com autoridade legal de controlar e aplicar sanções, está praticando uma *Accountability* Social.
- D) O Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, ao exercer o seu poder institucional com autoridade legal de controlar e aplicar sanções, está praticando uma *Accountability* Vertical.
- E) O Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, ao exercer o seu poder institucional com autoridade legal de controlar e aplicar sanções, está praticando uma *Accountability* Horizontal.

QUESTÃO 29

Para a realização dos trabalhos de auditoria em uma determinada prefeitura municipal, a qual utiliza recursos federais repassados por um determinado programa, foi verificada a necessidade de atuação dos auditores da referida prefeitura, juntamente com os auditores do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal. Cabe a estes o papel de coordenação dos trabalhos de auditoria. Segundo as formas de execução da auditoria, o tipo de auditoria relatada foi executada de forma

- A) integrada.
- B) terceirizada.
- C) centralizada.
- D) compartilhada.
- E) descentralizada.

QUESTÃO 30

O Estado exerce a chamada "função administrativa", que é submetida ao regime jurídico de direito público ou regime jurídico-administrativo. A Administração Pública possui princípios que direcionam suas ações. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Art. 37, são princípios explícitos para a Administração Pública Direta e Indireta:

- A) publicidade e eficiência.
- B) moralidade e excelência.
- C) probidade e economicidade.
- D) indisponibilidade e eficiência.
- E) publicidade e economicidade.

CONHECIMENTO GERAL – AUDITORIA GOVERNAMENTAL

QUESTÃO 31

Nos últimos anos, a sociedade, por meio da imprensa livre, tem tido conhecimento sobre várias situações de supostos atos de corrupção por parte de agentes públicos. Após denúncia dos Ministérios Públicos, alguns casos foram confirmados nos tribunais após tramitação do processo em julgado. Nesse contexto, para minimizar os riscos de corrupção, o *compliance* foi ganhando espaço no setor público.

Dadas as afirmativas sobre a importância do *compliance* na gestão pública,

- I. O *compliance* aponta para a previsibilidade do risco.
- II. O *compliance* evita o risco da integridade.
- III. O *compliance* pode ser entendido como um sistema de gestão.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 32

Definido(s) o(s) _____ que deriva(m) dos objetivos, no planejamento de auditoria, são necessários estabelecer, de maneira atrelada, o(s) _____ que serve(m) de parâmetro para avaliação dos procedimentos adotados e resultados alcançados na gestão pública.

No contexto de Planejamento de Auditoria, assinale a alternativa que completa as lacunas dando sentido à frase.

- A) critérios, objeto
- B) recursos, riscos
- C) objeto, recursos
- D) riscos, cronograma
- E) questionamentos, critérios

QUESTÃO 33

Dadas as afirmativas sobre a execução de uma auditoria de conformidade,

- I. O auditor deve seguir os procedimentos previstos na Matriz de Planejamento.
- II. Busca-se por evidências que comprovem ou não os achados da auditoria.
- III. Os achados são uma fase da auditoria em que a situação encontrada é confrontada com a situação que deveria ocorrer.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 34

O monitoramento representa o final do ciclo de auditoria, após a seleção do objeto, o planejamento, a execução, a confecção do relatório, a apresentação ao(s) gestor(es) responsável(is) pelo órgão/setor auditado, a apreciação e a divulgação. No monitoramento, busca-se entender se as recomendações foram suficientes para produzir as mudanças ou melhorias, se elas produziram o efeito esperado, e, se as deliberações estão sendo implementadas. A respeito do monitoramento, assinale a alternativa correta.

- A) O principal objetivo do monitoramento é saber se as ações foram implementadas.
- B) Os resultados do monitoramento da auditoria, como forma de fornecimento de *feedback*, são exclusivos para os órgãos de controle interno e externo.
- C) O Plano de Ação é uma ferramenta de gestão que norteia o processo de monitoramento da auditoria, tendendo a lhe dar objetividade e maior eficiência.
- D) No monitoramento, o auditor observa se o gestor implementou a solução apontada no relatório para o problema e causas encontrados.
- E) O monitoramento tipo RMON é aquele que pode ser realizado pela requisição de documentos comprobatórios e consultas a sistemas informatizados.

QUESTÃO 35

Controle interno é o processo que busca garantir o cumprimento dos objetivos organizacionais, diante dos riscos de que eles possam não ser concretizados. Por meio dos processos de auditoria, o controle interno busca, entre outras atividades, verificar se o desempenho organizacional está de acordo com os padrões e os objetivos organizacionais, ou seja, por um lado, o planejamento organizacional define os objetivos e, por outro, o controle acompanha a sua condução, a fim de buscar garantias para que os objetivos sejam alcançados. Para tanto, a legislação brasileira determina que sejam realizados três tipos de controle. São eles:

- A) planejamento, execução e organização.
- B) objetivo, subjetivo e consubstanciado.
- C) sistemático, empírico e esporádico.
- D) prévio, concomitante e subsequente.
- E) inicial, intermediário e avançado.

QUESTÃO 36

Considere uma auditoria na folha de pagamento de um hospital público, na qual avaliam pagamentos de insalubridade. Os pagamentos que não satisfizerem certas condições podem ser considerados

- A) objeto da auditoria.
- B) norma da auditoria.
- C) critério da auditoria.
- D) escopo da auditoria.
- E) evidência da auditoria.

QUESTÃO 37

A garantia da qualidade em um processo de auditoria passa por muitos elementos. Um deles é o processo de supervisão, na qual se implantam as regras que buscam as melhores práticas. O TCU, por exemplo, possui um manual exclusivo de orientações para supervisão em auditoria.

Dadas as afirmativas a respeito da supervisão em auditoria,

- I. É papel do Supervisor a revisão do trabalho da equipe na delimitação do objetivo e do escopo da auditoria.
- II. É considerado uma boa prática em auditoria a elaboração da Matriz de Planejamento em duas etapas.
- III. Ao Supervisor cabe a revisão e validação da Matriz de Planejamento.
- IV. O Supervisor observa, sem interferência, as discussões da equipe sobre os achados relevantes que comporão a matriz de achados.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) IV, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I, II e III, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 38

No processo de avaliação de riscos, normalmente se usa uma matriz de probabilidade e impacto com escalas qualitativas variando de um a cinco pontos (Probabilidade: 1 = raro, 2 = pouco provável, 3 = provável, 4 = muito provável e 5 = praticamente certo; Impacto: 1 = muito baixo, 2 = baixo, 3 = médio, 4 = alto e 5 = muito alto).

Considere a situação hipotética para definir o nível de risco: A meta de uma Secretaria de Estado é cadastrar nos seus programas sociais 100% das famílias. Diante disso, foram identificados os seguintes eventos de risco que podem afetar o atingimento da meta: falta de alguma documentação para conclusão do cadastro (Impacto = 2 e Probabilidade = 4) e não comparecimento do responsável da família ao local e dia marcado (Impacto = 4 e Probabilidade = 2). Observando as informações apresentadas e a gestão de riscos recomendada pelo TCU, assinale a alternativa correta.

- A) Os níveis de risco dos dois eventos são 2 e 4, respectivamente, sendo o evento do não comparecimento da família ao local e dia marcado o mais importante.
- B) Os níveis de risco dos dois eventos são 8 e 8, respectivamente, sendo o evento do não comparecimento da família ao local e dia marcado o mais importante.
- C) Os níveis de risco dos dois eventos são 6 e 6, respectivamente, sendo o evento do não comparecimento da família ao local e dia marcado o mais importante.
- D) Os níveis de risco dos dois eventos são 6 e 6, respectivamente, sendo o evento da falta de alguma documentação para a conclusão cadastral o mais importante.
- E) Os níveis de risco dos dois eventos são 8 e 8, respectivamente, sendo o evento da falta de alguma documentação para a conclusão cadastral o mais importante.

QUESTÃO 39

A Norma Brasileira de Auditoria do Setor Público (NBASP 10) discorre sobre a independência dos Tribunais de Contas. Quando está previsto que “membros e servidores dos Tribunais de Contas não devem ser influenciados pelas organizações auditadas e não devem ser dependentes dessas organizações”, estamos falando do princípio

- A) da prevenção ao conflito de interesses.
- B) do direito e obrigação de informar sobre seu trabalho.
- C) da cooperação interinstitucional sem prejuízo da independência e da autonomia.
- D) da independência dos Tribunais de Contas para o desempenho de suas competências.
- E) da previsão legal da independência dos Tribunais de Contas, de seus membros e de seu quadro funcional.

QUESTÃO 40

Considerando uma matriz de achados, quando o auditor identifica que a discrepância ocorreu em uma obra, ele está preenchendo a coluna de

- A) causa.
- B) objetos.
- C) critério.
- D) evidências.
- E) situação encontrada.

CONHECIMENTO GERAL – CONTROLE EXTERNO

QUESTÃO 41

O Tribunal de Contas da União (TCU) tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal, e é integrado por nove ministérios que serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

- I. mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade;
- II. notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;
- III. mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija conhecimentos orçamentários e de tecnologia.

Das afirmativas, verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) II, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 42

Dadas as afirmativas sobre a prestação de contas junto ao Tribunal de Contas da União,

- I. É obrigatório a prestação de contas pelo Presidente da República e demais administradores de órgãos e entidades do setor público.
- II. Os atos normativos dos Tribunais de Contas apresentam os procedimentos, as regras e os elementos para a prestação de contas.
- III. Um dos principais propósitos da prestação de contas é apresentar as possíveis irregularidades praticadas por órgãos e entidades do setor público.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 43

O Tribunal de Contas realizando uma fiscalização em uma Secretaria Municipal de Educação encontrou os seguintes problemas: a) insatisfação da população pelo serviço de transporte escolar; b) pagamentos indevidos, com recursos do Fundeb, a professores que estão cedidos a outros órgãos; e c) o custo médio da merenda escolar, por aluno, está bem acima do mercado. Em relação aos problemas citados e aos princípios dominantes que se observaram na fiscalização, respectivamente, assinale a alternativa correta.

- A) Legitimidade, legalidade e economicidade.
- B) Legalidade, moralidade e economicidade.
- C) Imparcialidade, legalidade e legitimidade.
- D) Moralidade, imparcialidade e renúncia de receitas.
- E) Legitimidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

QUESTÃO 44

A Constituição Federal do Brasil determina que o Estado esteja sobre controle externo. Dadas as afirmativas quanto ao controle externo,

- I. O Poder Legislativo exercita o controle externo de forma direta, enquanto as Cortes de Conta o fazem de maneira indireta.
- II. A fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas da União também será exercida em Estados e Municípios sobre quaisquer recursos aplicados.
- III. O Congresso Nacional, por intermédio do Tribunal de Contas da União, poderá realizar auditoria patrimonial nas unidades administrativas do Poder Judiciário.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) II, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 45

Dadas as afirmativas sobre o Ministério Público de Contas,

- I. Goza de autonomia administrativa, financeira e orçamentária.
- II. O Ministério Público de Contas tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas.
- III. As prerrogativas dos Ministérios Públicos, junto aos Tribunais de Contas, estão previstas nos regimentos internos e nas leis orgânicas dos Tribunais de Contas.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 46

Dadas as afirmativas a respeito das características do Tribunal de Contas Brasileiro,

- I. Vinculado e subordinado ao Poder Legislativo.
- II. Trata-se de um sistema de corte de contas, mas que agrega algumas características de auditorias gerais.
- III. Suas competências estão amplamente previstas na Constituição Federal.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 47

Considere a situação hipotética: Um Tribunal de Contas do Estado vai a campo para fiscalizar uma obra em execução referente à construção de uma rodovia que interliga duas cidades. Quanto à sua classificação, refere-se ao controle

- A) externo de momento e prévio de localização.
- B) externo de localização e prévio de momento.
- C) interno de localização e posterior de momento.
- D) interno de localização e concomitante de momento.
- E) externo de localização e concomitante de momento.

QUESTÃO 48

Dentre as competências do TCU elencadas no Art. 71 da Constituição Federal, destaca-se a competência de apreciar, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta. Diante disso, dadas as afirmativas,

- I. A apreciação do registro pelo TCU é considerada um controle de legalidade.
- II. O ato administrativo é considerado complexo por envolver a aprovação em três etapas: administração pública, TCU e Poder Legislativo.
- III. Compete ao Tribunal de Contas da União apreciar, inclusive, o provimento de cargos comissionados e de empregados públicos temporários.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 49

Um Tribunal de Contas realiza uma apreciação em registros de aposentaria em um determinado órgão e após procedimento decide pela aplicação de multa ao gestor responsável. Considerando a situação hipotética, o Tribunal de Contas exerceu a(s) função(ões):

- I. fiscalizadora;
- II. sancionadora;
- III. pedagógica.

Dos itens, verifica-se que está(ão) correto(s)

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 50

Sobre as múltiplas incidências submetidas ao controle externo, quando um órgão público é auditado a respeito do cumprimento das escalas em um hospital público, refere-se ao controle

- A) orçamentário.
- B) operacional.
- C) patrimonial.
- D) financeiro.
- E) contábil.

CONHECIMENTO GERAL – DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 51

A Secretaria de Turismo do Estado pretende contratar determinados serviços de preparação de eventos, com o fornecimento de alimentos e bebidas, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, tendo como valor estimado para a contratação o importe de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Dado o caso hipotético, o órgão público estadual poderá utilizar das seguintes modalidades licitatórias:

- A) convite, leilão ou concorrência.
- B) concorrência, concurso ou convite.
- C) concurso, tomada de preços ou pregão.
- D) leilão, concorrência ou tomada de preços.
- E) tomada de preços, concorrência ou pregão.

QUESTÃO 52

Quando o poder público precisa editar certos comandos gerais e abstratos para viabilizar o cumprimento da lei, a exemplo de uma instrução normativa, estes atos são chamados pela doutrina administrativista brasileira de atos

- A) punitivos.
- B) negociais.
- C) normativos.
- D) ordinatórios.
- E) enunciativos.

QUESTÃO 53

O Governador do Estado decidiu nomear seu irmão para o cargo de Secretário Estadual de Transportes, considerando a sua experiência na área, uma vez que é servidor de carreira lotado na Secretaria de Transportes por vários anos, tendo exercido diversas atribuições em variados setores deste órgão estadual, além de considerá-lo de confiança para assumir tal encargo. Dada a situação hipotética, é correto afirmar que a nomeação

- A) é válida, já que não se considera nepotismo a nomeação de parente da autoridade nomeante, quando o nomeado for servidor de carreira da Administração Pública.
- B) é válida, já que a vedação ao nepotismo não alcança a nomeação para cargos de natureza política, salvo quando demonstrada a intenção de fraudar a lei.
- C) é inválida, uma vez que viola texto expresso de lei, configurando uma das hipóteses de improbidade administrativa.
- D) é inválida, por afrontar aos princípios da moralidade e impessoalidade, mas não constitui hipótese de improbidade administrativa.
- E) é inválida, por violar a Súmula Vinculante nº 13, configurando-se hipótese de nepotismo denominado cruzado.

QUESTÃO 54

A Petrobrás, a Caixa Econômica Federal, a Funai e o INSS são, respectivamente, exemplos de

- A) Sociedade de Economia Mista, Empresa Pública, Fundação Pública e Autarquia.
- B) Sociedade de Economia Mista, Autarquia, Fundação Pública e Empresa Pública.
- C) Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista, Fundação Pública e Autarquia.
- D) Fundação Pública, Sociedade de Economia Mista, Empresa Pública e Autarquia.
- E) Autarquia, Sociedade de Economia Mista, Fundação Pública e Empresa Pública.

QUESTÃO 55

Rodolfo, antigo proprietário do imóvel X, desapropriado em 2017, com indenização, e, para a finalidade pública de construção de uma escola, soube que o município expropriante dispôs do imóvel para outra finalidade, qual seja, a construção de uma quadra poliesportiva, e, por isso, tentou reaver o imóvel. Dada essa situação hipotética, é correto afirmar que Rodolfo

- A) poderá obter a retrocessão do imóvel.
- B) poderá reaver o imóvel, pois houve tredestinação ilícita.
- C) poderá reaver o imóvel, pois houve desapropriação indireta.
- D) não poderá reaver o imóvel, pois houve tredestinação lícita.
- E) não poderá reaver o imóvel, pois foi feita a desapropriação por zona.

QUESTÃO 56

Dadas as afirmativas sobre a competência dos Tribunais de Contas prevista na Constituição Federal,

- I. Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, ainda que de forma indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- II. Fiscalizar a aplicação de todos os recursos repassados à União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, pelos Estados, Distrito Federal ou pelos Municípios.
- III. Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- IV. Interromper, se não atendido, a execução de um ato por ele (Tribunal de Contas) impugnado, comunicando sua decisão ao chefe do Poder Executivo.

verifica-se que estão corretas

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 57

Arnaldo atravessou uma rodovia à noite e foi atropelado, chegando a ter uma perna amputada. A rodovia em questão é administrada por uma concessionária do poder público do estado X e não possui sinalização em certos trechos. Arnaldo alega justamente que não havia sinalização alguma, tampouco faixa de pedestre no trecho que precisou atravessar, próximo a sua residência. Pede, então, através de ação judicial uma indenização ao estado X e à Concessionária, por entender que não houve culpa exclusiva da vítima no acidente e que o estado X e a Concessionária são legítimos responsáveis pelos danos sofridos por ele. Nesse caso, é correto afirmar:

- A) não há possibilidade de responsabilizar o estado segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), pois nos casos que envolvem acidentes em Rodovias sob a responsabilidade de uma Concessionária do poder público, cabe somente a esta ressarcir eventuais danos aos cidadãos.
- B) de acordo com o STJ, quando a atividade é concedida pelo estado, a Concessionária não responde em nome próprio pelos seus atos, devendo o estado reparar os danos ou lesões causadas a terceiros. Nesse caso, somente o estado X teria o dever de reparar o dano sofrido por Arnaldo.
- C) é firme o entendimento do STJ no sentido de que as concessionárias de serviços públicos concernentes a rodovias respondem, objetivamente, por qualquer defeito na prestação do serviço, pela manutenção da rodovia em todos os aspectos, assim como o estado em situações similares.
- D) a falta de sinalização na rodovia foi fator determinante para o acidente de Arnaldo; porém, o fato de a vítima supostamente ter feito uma travessia perigosa na rodovia, à noite, excluiu a obrigação de indenizar, tanto da Concessionária, quanto do estado X, conforme a jurisprudência predominante do STJ.
- E) o direito de segurança do usuário está inserido no serviço público concedido, segundo entendimento do STJ, mas não pode haver presunção de que a concessionária assumiu todas as atividades e responsabilidades inerentes ao serviço prestado, devendo o estado X, assumir a responsabilidade em caso de danos ao usuário.

QUESTÃO 58

Um determinado cantor deseja se apresentar numa cidade. Para isso, faz-se necessário preencher determinados requisitos em relação à estrutura e à segurança do seu show. Após vistoria, a autoridade pública competente encontrou falhas graves na estrutura e no plano de segurança, e determinou o cancelamento da apresentação do artista. Com base nessas informações, é correto afirmar que o cancelamento se deu após o exercício do

- A) abuso de poder.
- B) poder regulamentar.
- C) poder hierárquico.
- D) poder disciplinar.
- E) poder de polícia.

QUESTÃO 59

O município “A” possui um contrato de concessão do serviço de transporte público municipal com a empresa “B” pelo prazo de 10 (dez) anos. Porém, por razões de interesse público, decide extinguir a concessão, ainda durante o prazo de sua vigência, e retomar diretamente o seu serviço público de transporte. Dadas as afirmativas quanto ao caso hipotético,

- I. A extinção da concessão acima é possível por declaração de caducidade, a critério do poder concedente, hipótese em que os bens da empresa concessionária vinculados aos objetivos do serviço concedido reverteriam em favor do Poder Público Municipal, independentemente de indenização.
- II. A extinção da concessão acima é possível por encampação, desde que autorizada previamente por lei específica e após prévio pagamento de indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.
- III. A reversão dos bens da empresa concessionária vinculados à execução do serviço poderá ocorrer de forma onerosa ou gratuita. No primeiro caso, o concedente tem o dever de indenizar a concessionária, porque os bens foram adquiridos com seu exclusivo capital, ao passo que, no segundo caso, a fixação da tarifa já levou em conta o ressarcimento do concessionário pelos recursos que empregou na aquisição dos bens, de forma que ao final tem o concedente o direito à propriedade desses bens sem qualquer ônus.
- IV. O contrato de concessão do serviço de transporte público municipal necessariamente foi precedido por uma licitação pública, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, incumbindo à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenuie essa responsabilidade.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 60

Dadas as afirmativas quanto ao provimento de cargos públicos,

- I. A nomeação e a reversão, enquanto espécies de provimentos originários, independem da vinculação jurídica anterior com o Estado, sendo que a primeira poderá ser promovida em caráter efetivo ou em comissão, enquanto que a segunda deverá necessariamente ocorrer em caráter efetivo.
- II. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- III. É inconstitucional a modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, salvo quando da transformação de cargos e da transferência de servidores.
- IV. A recondução é a forma de provimento derivado, consistente no retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou reintegração do anterior ocupante.

verifica-se que estão corretas

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 61

A empresa Grão de Areia S/A apresentou os seguintes saldos contábeis em 31/12/2021:

Contas Contábeis	Saldos
Abatimento sobre vendas	62.000,00
Banco conta movimento	86.000,00
Capital a integralizar	800.000,00
COFINS sobre vendas	93.000,00
COFINS a recuperar	10.000,00
Capital Social Subscrito	1.500.000,00
Comissões de vendedores	12.300,00
Imóveis de uso	772.200,00
PIS a recuperar	10.000,00
PIS incidente nas vendas	8.000,00
Receita bruta de vendas	1.230.000,00
Receitas de juros	13.000,00
Reserva de lucros	50.000,00
Seguros pagos antecipadamente	14.000,00
Custo das mercadorias vendidas	760.000,00
Despesas com salários	65.000,00
Despesas de juros	4.500,00
Duplicatas a pagar	350.000,00
ICMS incidente nas vendas	209.100,00
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	6.900,00
Estoque de Mercadorias	230.000,00

Tomando como base os saldos apresentados, assinale a alternativa correta.

- A) A receita líquida na demonstração do resultado do exercício é R\$ 97.900,00.
- B) Os tributos incidentes sobre as vendas somam R\$ 302.100,00.
- C) As deduções da receita bruta totalizam R\$ 310.100,00.
- D) O lucro líquido do exercício é R\$ 22.200,00.
- E) O lucro bruto do exercício é R\$ 29.100,00.

QUESTÃO 62

A escrituração é uma das técnicas contábeis que consiste em registrar, nos livros contábeis próprios, todas as ocorrências na entidade que modifiquem ou possam vir a modificar a situação patrimonial desta. Dadas as afirmativas acerca dessa técnica,

- I. A escrituração contábil deve ser realizada exclusivamente por profissional da Contabilidade, de nível superior, legalmente habilitado.
- II. A escrituração contábil deve ser feita em ordem cronológica de dia, mês e ano, sendo em idioma e moeda corrente nacionais.
- III. Toda a escrituração contábil deve ser executada com base em documentos internos, visando à segurança das informações registradas pela Contabilidade da entidade.
- IV. No processo de escrituração poderá ocorrer a retificação de lançamento, que pode ser feita por meio de estorno, transferência ou complementação.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) III, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 63

De acordo com a Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o grupo do ativo não circulante, no balanço patrimonial, deverá ser dividido em realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. Considerando o Pronunciamento Técnico CPC 27, que trata do grupo do ativo imobilizado, assinale a alternativa correta.

- A) Serão contabilizados no valor contábil de um item do ativo imobilizado os gastos com reparos e manutenção periódica do item, visto que esses gastos estão diretamente relacionados com o funcionamento do bem.
- B) O ativo será considerado imobilizado quando for tangível, mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos, e quando se espera utilizá-lo por mais de um período.
- C) Em um arrendamento mercantil, o valor residual do bem será as parcelas relativas aos pagamentos futuros desse arrendamento, que não possuam valor fixo, alterando-se com a passagem do tempo em decorrência de atualizações ajustadas contratualmente.
- D) Serão contabilizadas perdas por redução ao valor recuperável quando o valor recuperável do ativo imobilizado for inferior ao seu valor contábil de aquisição, ou ao seu valor justo quando posto à venda no mercado, sendo considerado entre esses dois o de menor valor.
- E) Quando a entidade adquire um ativo imobilizado, este será contabilizado pelo seu valor de aquisição, considerando todos os custos que a entidade desembolsou nessa aquisição, inclusive frete, tributos, gastos com montagem e juros cobrados no caso de financiamento desse bem.

QUESTÃO 64

Uma entidade que transaciona com mercadorias utiliza o inventário permanente para controlar seus estoques e, no mês de setembro de 2022, apresentou o seguinte movimento nos seus estoques de mercadorias para revenda:

Dia	Operação
05	Compra de 100 unidades a R\$ 500,00 cada uma
10	Compra de 50 unidades a R\$ 520,00 cada uma
15	Venda de 120 unidades por R\$ 1.200,00 cada uma
20	Compra de 100 unidades a R\$ 550,00 cada uma

A entidade utiliza como base de mensuração para seus estoques o critério PEPS - Primeiro a Entrar Primeiro a Sair, e não possuía estoques no início do período. De acordo com as informações citadas, sem considerar os tributos que incidem sobre compras e vendas e considerando a NBC TG 16 (R1), que trata de Estoques, o valor final dos estoques de mercadorias no final do mês de setembro de 2022 é de

- A) R\$ 26.000,00.
- B) R\$ 55.000,00.
- C) R\$ 60.400,00.
- D) R\$ 70.600,00.
- E) R\$ 131.000,00.

QUESTÃO 65

De acordo com o Regimento interno, compete privativamente ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas:

- A) apresentar a sua prestação de contas ao Governo do Estado.
- B) elaborar e alterar o seu Regimento Interno por iniciativa do seu Presidente ou de qualquer Conselheiro.
- C) submeter à Assembleia Legislativa os resultados dos seus concursos públicos para julgamento e homologação.
- D) organizar e submeter lista tríplice, para provimento de cargo de Conselheiro, ao Presidente da Assembleia Legislativa.
- E) determinar a realização de concursos públicos para o preenchimento dos cargos do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

QUESTÃO 66

Dadas as afirmativas com base na Constituição do Estado de Alagoas e suas atualizações,

- I. A intervenção do Estado sobre o Município somente poderá ocorrer quando da existência de situação específica, como, por exemplo, não forem prestadas as contas devidas, conforme a Lei, e dependerá de requisição da Câmara Municipal ou do Tribunal de Contas do Estado.
- II. A fiscalização financeira e orçamentária dos municípios alagoanos será exercida no âmbito de controle externo pela Assembleia Legislativa do Estado, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.
- III. O conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, por responsável pelo controle interno dos Poderes constituídos do Estado, deve dar ciência de imediato ao Tribunal de Contas do Estado.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 67

A Lei nº 5.604, de 20 de janeiro de 1994, dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas. Sobre o julgamento e a fiscalização, assinale a alternativa correta.

- A) Compete ao TCE-AL emitir pronunciamento conclusivo no prazo de trinta dias contados do recebimento da solicitação sobre matéria que lhe seja submetida pela Comissão Permanente de Deputados Estaduais.
- B) Das decisões do TCE-AL cabem recursos de reconsideração, de embargos de declaração e de revisão, todos com efeito suspensivo.
- C) Denúncias ao TCE-AL sobre matéria de sua competência podem ser feitas com a identificação do denunciante ou de forma anônima.
- D) Contas julgadas como irregulares pelo TCE-AL, que não resultem débitos, não permitirá a aplicação de multas ao responsável.
- E) Multas pagas após o vencimento, aplicadas pelo TCE-AL, sofrerão o acréscimo de multa, juros e correção monetária.

QUESTÃO 68

De acordo com o regime orçamentário apresentado na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pertencem ao exercício financeiro, respectivamente, as receitas e as despesas nele

- A) lançadas e pagas.
- B) lançadas e liquidadas.
- C) arrecadadas e fixadas.
- D) previstas e empenhadas.
- E) arrecadadas e empenhadas.

QUESTÃO 69

Dadas as afirmativas sobre Contabilidade Pública,

- I. O campo de aplicação abrange fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta, inclusive as empresas estatais dependentes.
- II. O regime orçamentário utilizado pela contabilidade pública é base para a determinação das variações quantitativas no patrimônio líquido, independentes ou resultantes da execução orçamentária.
- III. Para o adequado reconhecimento da composição patrimonial, a Contabilidade Pública aplica o regime de competência.

verifica-se que está(ão) correta(s) apenas

- A) I.
- B) III.
- C) I e II.
- D) I e III.
- E) II e III.

QUESTÃO 70

Dadas as afirmativas acerca da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964,

- I. Além de normas de direito financeiro, a Lei n.º 4.320/1964 contempla também norma de direito tributário.
- II. A importância de despesa anulada no exercício reverte à dotação, e quando a anulação ocorrer após o encerramento do exercício será considerada receita do ano em que se efetivar.
- III. O valor do crédito da Fazenda Nacional em moeda estrangeira será convertido ao correspondente valor na moeda nacional à taxa cambial oficial, para compra, na data da notificação ou intimação do devedor.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, II e III.
- B) II e III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I, apenas.

QUESTÃO 71

A contabilidade pública é, na realidade, uma aliada da sociedade. Por meio de normas, processos e procedimentos padronizados e requisitos mínimos de sistemas informatizados, propicia que os recursos sejam aplicados de forma correta e, em consequência, que a população seja atendida em suas necessidades básicas, contribuindo para uma qualidade de vida melhor.

Contabilidade pública: um caminho para a promoção do desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<https://crcal.org.br/contabilidade-publica-um-caminho-para-a-promocao-do-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 06. Ago. 2022.

Quanto ao alcance da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, dadas as afirmativas,

- I. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, estatal dependente, submete-se parcialmente às normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- II. O Conselho Federal de Medicina é exemplo de entidade que pode aplicar as normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público de maneira facultativa ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres.
- III. As normas estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aplicam-se, obrigatoriamente, aos órgãos da Administração Direta.
- IV. A Petrobrás, estatal independente, submete-se obrigatoriamente às normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) II, apenas.
- B) I e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 72

Pode-se afirmar que princípios orçamentários são aquelas regras fundamentais que funcionam como norteadoras da prática orçamentária. São um conjunto de premissas que devem ser observadas durante cada etapa da elaboração orçamentária. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- A) Segundo o princípio da universalidade, todas as despesas devem constar da lei orçamentária, excetuando-se as receitas em razão de sua imprevisibilidade.
- B) Segundo o princípio da exclusividade, a lei orçamentária apenas tratará da fixação de despesas, da previsão de receitas e de autorizações para criação de novas autarquias.
- C) Segundo o princípio do orçamento bruto, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, as receitas devem constar na peça orçamentária com as respectivas deduções referentes ao exercício fiscal.
- D) Segundo o princípio da unidade orçamentária, o orçamento é uno, logo o Poder Executivo apresenta proposta única de orçamento anual, não tendo os demais poderes autonomia, nesse caso, para apresentarem suas próprias propostas.
- E) Segundo o princípio da não afetação das receitas consagrado na Constituição da República de 1988, nenhuma receita poderá ser reservada ou comprometida para atender a certos ou determinados gastos. Em termos legais, a mesma Constituição previu exceções.

QUESTÃO 73

Seguem informações apuradas ao final dos primeiros quatro meses do exercício financeiro de 2022.

- créditos adicionais transferidos para 2022, R\$ 1.790,00;
- créditos extraordinários abertos em 2022, R\$ 980,00;
- operações de créditos vinculadas aos créditos transferidos, R\$ 1.000,00;
- dotação orçamentária anuladas em 2022 no valor de R\$ 1.200,00;
- excesso de arrecadação em 2022, R\$ 790,00;
- ativo Financeiro de 2021, R\$ 8.570,00;
- passivo Financeiro de 2021, R\$ 2.970,00.

Após a apuração das informações, o superávit financeiro, utilizável como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, apresentou o valor de

- A) R\$ 3.810,00.
- B) R\$ 4.600,00.
- C) R\$ 4.810,00.
- D) R\$ 5.600,00.
- E) R\$ 6.390,00.

QUESTÃO 74

Conforme estabeleceu a Constituição da República de 1988, o projeto de lei relativo ao orçamento anual será apreciado pelas duas Casas do Congresso Nacional. Acerca disso, dadas as afirmativas,

- I. O acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo das demais comissões do Congresso Nacional e de suas Casas, caberá a uma Comissão mista temporária de Senadores e Deputados.
- II. Para atendimento das demandas, serão admitidas emendas que, entre outros requisitos legais, estejam em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- III. No momento da apreciação do Poder Legislativo, podem ser aprovadas emendas ao projeto de lei do orçamento anual que, dentre outras questões, indiquem futuramente os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa.
- IV. Fica vedado ao Presidente da República enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação no projeto de lei do orçamento anual, após iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) III, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 75

Dadas as afirmativas acerca da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março 1964, e Legislação Complementar,

- I. Os créditos adicionais extraordinários são aqueles destinados a reforço de dotação orçamentária.
- II. A Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas, exceto as de operações de crédito autorizadas em lei.
- III. Em casos de déficit, a Lei de Orçamento deixará a critério do Poder Executivo a escolha das fontes de recursos a utilizar para atender a sua cobertura.
- IV. O produto estimado de operações de crédito e de alienação de bens imóveis somente se incluirá na receita quando umas e outras forem especificamente autorizadas pelo Poder Legislativo em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las no exercício.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

QUESTÃO 76

Dados os instrumentos que preveem o Plano Plurianual,

- I. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- II. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
- III. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- IV. Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

verifica-se que está(ão) correto(s)

- A) I, apenas.
- B) II e IV, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I, II e III, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 77

Quanto ao princípio da não vinculação ou não afetação das receitas, assinale a alternativa correta.

- A) Consagrado na Constituição da República de 1988, aplica-se às receitas de impostos e de taxas, contemplando exceções apenas para as contribuições sociais.
- B) No âmbito da União, a dificuldade no cumprimento do princípio está representada especialmente nas contribuições sociais, econômicas e de intervenção no domínio econômico.
- C) A receita dos impostos é de livre aplicação pelo Poder Executivo, após aprovação do Poder Legislativo, não tendo a Constituição de 1988 estabelecido exceções quanto a vinculações dessas receitas.
- D) É possível, sem prévia autorização legislativa, a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito do pagamento de despesas correntes.
- E) A Constituição da República de 1988 veda o comprometimento da receita de impostos como garantia na realização de empréstimos; logo, o produto da arrecadação de impostos não pode ser indicado como garantia ou contra garantia à União.

QUESTÃO 78

A Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00 - R2) tem por objetivo fornecer informações financeiras que sejam úteis para seus usuários na tomada de decisão ligada à oferta de recursos para a entidade. Diante disso, entre os que são considerados usuários primários dos relatórios financeiros, estão:

- A) gerentes, administradores e investidores da entidade.
- B) usuários internos e externos, como os acionistas da entidade.
- C) bancos, fornecedores de recursos e empregados da entidade.
- D) prestadores de recursos, agentes financiadores e gestores da entidade.
- E) investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais.

QUESTÃO 79

Dadas as afirmativas sobre as classificações da receita orçamentária,

- I. Com a classificação conforme a categoria econômica, com vistas a identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos, têm-se as receitas ordinárias e as receitas extraordinárias.
- II. Na estrutura da codificação das naturezas de receita em vigor para a União, o código numérico tem oito dígitos, cujas três primeiras posições ordinais significam categoria econômica, origem e espécie, nessa ordem.
- III. A estrutura da codificação das naturezas de receitas possibilita a gestão das receitas orçamentárias, sem possibilitar, no entanto, a associação entre a receita principal com aquelas dela originadas, como multas e juros, por exemplo.
- IV. A arrecadação das receitas, no escopo da atual codificação das naturezas de receita, ocorre de forma concatenada e sequencial no tempo, condicionando algumas receitas à existência de um fato gerador inicial; é o caso da dívida ativa, por exemplo.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) III, apenas.
- B) I e IV, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I, II e III, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 80

O orçamento é instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto dos ingressos e das aplicações de recursos em determinado período. Dadas as afirmativas,

- I. Ingressos extraorçamentários são recursos financeiros que apresentam caráter temporário e não integram a Lei Orçamentária Anual; o Estado é mero depositário desses recursos.
- II. As restituições dos recursos financeiros, frutos de ingressos extraorçamentários, que constituem passivos exigíveis, estão sujeitas à autorização legislativa.
- III. Em regra, operações de crédito classificam-se como receita orçamentária. Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) são uma exceção à regra dessas operações.
- IV. As Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) estarão proibidas no último ano de mandato do chefe do Poder Executivo.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) II, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 81

A Auditoria Governamental reveste-se de várias faces no que se refere a sua aplicação, seja quanto a finalidades, aos objetivos, às formas de execução e aos diferentes tipos de execução. O texto constitucional, no Art. 71, evidencia os tipos de auditoria. São eles:

- A) contábil, financeira e orçamentária.
- B) operacional, financeira e de gestão.
- C) operacional, patrimonial e de gestão.
- D) orçamentária, operacional e especial.
- E) contábil, orçamentária e de desempenho.

QUESTÃO 82

Ao definir uma amostra de auditoria, o auditor deve considerar a finalidade do procedimento de auditoria e as características da população da qual será retirada a amostra. Dessa maneira, o auditor deverá

- A) determinar o tamanho da população suficiente para reduzir o risco a um nível mínimo aceitável.
- B) executar os procedimentos de auditoria, apropriados à finalidade, para cada item selecionado.
- C) aplicar os procedimentos de auditoria definidos ou procedimentos alternativos adequados a todos os itens selecionados.
- D) tratar um item como um desvio do controle previsto, no caso de testes de substantivos ou uma distorção, no caso de testes de observância.
- E) selecionar itens para a amostragem de forma que cada unidade de amostragem tenha possibilidade de ser selecionada na população.

QUESTÃO 83

A comunicação é uma das fases da auditoria governamental em que se reportam aos responsáveis pela governança as evidências suficientes para albergar os resultados alcançados pela equipe. Nesse sentido, a equipe encarregada do trabalho do grupo deve comunicar aos responsáveis pela governança do grupo informações referentes

- A) ao erro que envolva a administração do grupo, a administração do componente, empregados que tenham funções relevantes nos controles abrangentes no nível do grupo ou outros em que a fraude tenha resultado em distorção relevante nas demonstrações contábeis do grupo.
- B) a uma visão específica e detalhada da natureza do seu planejamento no trabalho a ser executado pelos auditores de componente sobre as informações contábeis dos componentes significativos.
- C) aos casos em que, na avaliação dos responsáveis pela governança, deu origem a uma preocupação sobre a qualidade do trabalho do auditor.
- D) a quaisquer limitações à auditoria do grupo, por exemplo, quando o acesso da equipe encarregada do trabalho do grupo pode ter sido restringido.
- E) a uma visão específica e detalhada do tipo de trabalho a ser executado sobre as informações contábeis dos componentes.

QUESTÃO 84

Exige-se que o auditor identifique e avalie os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis decorrentes de fraude, e que planeje e implemente respostas apropriadas para os riscos avaliados, de acordo com a NBC TA 240 – Responsabilidade do Auditor em Relação a Fraude, no Contexto da Auditoria de Demonstrações Contábeis.

As informações usadas para identificar os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis do grupo devido à fraude podem incluir:

- A) a avaliação, pela equipe de auditoria, dos riscos de que suas demonstrações contábeis possam ser distorcidas de maneira relevante como resultado de fraude.
- B) os responsáveis pela governança do grupo monitoram o processo da administração para identificar e responder aos riscos de fraude no grupo e os controles que o grupo estabeleceu para mitigar esses riscos.
- C) os componentes gerais, para os quais o risco de fraude é provável, bem como determinar se a equipe encarregada do trabalho tem conhecimento de quaisquer casos reais, suspeitas ou indícios de fraude que afetem o componente ou o grupo.
- D) as respostas da equipe de auditoria encarregada do trabalho às indagações dos responsáveis pela governança, para determinar se têm conhecimento de quaisquer casos reais, suspeitas ou indícios de fraude que afetem o componente ou o grupo.
- E) o processo da administração do grupo para identificar e responder aos riscos de fraude no grupo, inclusive quaisquer riscos específicos de fraude identificados pela equipe de auditoria ou saldos contábeis, classes de transações ou divulgações para as quais, o risco de fraude seja provável.

QUESTÃO 85

A Administração Pública brasileira está sujeita a controle interno e a controle externo, podendo ser efetivado previamente, concomitante e/ou a *posteriori*. A partir dessas premissas, assinale a alternativa correta.

- A) Dentre as várias funções do controle interno, está a de garantir a fidedignidade das informações públicas divulgadas pelas entidades públicas.
- B) A atuação dos controles, tanto internos, quanto externos, não difere na essência quanto às suas atribuições, uma vez que os objetos da avaliação são sempre os mesmos.
- C) Considerando que os Tribunais de Contas Brasileiros têm função de julgar, uma vez tomadas suas decisões, não poderão ser alteradas por nenhum outro órgão da Administração.
- D) Na realização das auditorias efetivadas pelos controles internos, na esfera federal, todos os indícios encontrados deverão ser informados ao controle externo, simbolizado pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
- E) O sistema de controle interno faz parte da estrutura administrativa da entidade, mas suas atividades não estão subordinadas ao titular da entidade, considerando a necessidade de manter a independência de suas ações.

QUESTÃO 86

O planejamento do trabalho da auditoria interna compreende os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade. Dessa forma, de acordo com a Resolução CFC nº 986/2003, deve considerar como fatores relevantes na execução dos trabalhos:

- A) o conhecimento do resultado e das providências tomadas em relação a trabalhos anteriores, semelhantes ou relacionados, e as orientações e as expectativas externadas pelos auditores internos à alta administração da entidade.
- B) o conhecimento detalhado das atividades operacionais e dos sistemas contábeis e de controles internos e seu grau de confiabilidade da entidade, e a garantia da mitigação dos riscos de auditorias identificados na fase de análise das áreas.
- C) os riscos de auditoria, quer pelo volume ou pela complexidade das transações e operações, e determinar se a equipe encarregada do trabalho tem conhecimento de quaisquer casos reais, suspeitas ou indícios de fraude que afetem o grupo.
- D) a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria interna a serem aplicados, alinhados com a política de gestão de riscos da entidade, e os riscos de auditoria, quer pelo volume ou pela complexidade das transações e operações.
- E) a existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas que estejam no âmbito dos trabalhos da auditoria interna, e o tamanho da amostra de auditoria, considerando a finalidade do procedimento de auditoria e as características da população.

QUESTÃO 87

A despesa orçamentária pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e a manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. Dadas as afirmativas sobre despesas orçamentárias,

- I. Os dispêndios, assim como os ingressos, são tipificados em orçamentários e extraorçamentários.
- II. Para fins contábeis, a despesa orçamentária pode ser classificada, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, em ordinária e vinculada.
- III. O conjunto de informações que constitui a natureza de despesa orçamentária forma um código estruturado que agrega a categoria econômica, o grupo, a modalidade de aplicação e o elemento.
- IV. Despesa orçamentária é toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 88

A entidade JJ efetuou compras de mercadorias para seus estoques, a prazo, totalizando R\$ 50.000,00. A empresa é contribuinte do ICMS e nessa compra houve a incidência de 17% de ICMS. Desconsiderando os demais tributos, nessa situação hipotética,

- A) a entidade não terá direito ao crédito de ICMS incidente nessa transação.
- B) a entidade deverá contabilizar as mercadorias no estoque pelo valor de R\$ 50.000,00.
- C) o ICMS incidente nessa compra deve ser registrado na conta de ICMS a Recolher no Passivo.
- D) o valor de R\$ 50.000,00 deve ser registrado na contabilidade da entidade a débito na conta Fornecedores.
- E) o lançamento contábil do ICMS deverá ser feito na conta contábil de ICMS a Recuperar no Ativo Circulante.

QUESTÃO 89

A Companhia Barbalho foi acionada judicialmente por um ex-funcionário, que alegava não ter recebido os valores devidos relativos às horas extras trabalhadas nos últimos três anos. Na visão do advogado da companhia, o risco de perda judicial nessa ação é provável. Com base nessas informações e na NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a alternativa correta.

- A) A companhia deverá reconhecer o ativo contingente.
- B) A companhia deverá reconhecer o passivo contingente.
- C) A companhia deverá reconhecer a reserva para contingência.
- D) A companhia deverá reconhecer a provisão para contingência.
- E) A companhia não deverá reconhecer esta situação contabilmente, visto que não afetará seus resultados.

QUESTÃO 90

A companhia de Calçados Todo Bom efetua a apuração de seus resultados a cada ano. Em 2021, apresentou os seguintes saldos:

- faturamento bruto - R\$ 423.000,00;
- juros recebidos - R\$ 40.000,00;
- ICMS sobre vendas - R\$ 81.000,00;
- IPI sobre vendas - R\$ 43.000,00;
- ganho na alienação de imóveis - R\$ 89.000,00;
- custo das mercadorias vendidas - R\$ 216.000,00;
- despesas com vendas - R\$ 42.000,00;
- despesas tributárias R\$ 25.000,00;
- devoluções sobre vendas - R\$ 38.000,00;
- juros pagos - R\$ 65.000,00.

Com base nos valores acima é correto afirmar que o lucro bruto foi de

- A) R\$ 2.000,00.
- B) R\$ 42.000,00.
- C) R\$ 45.000,00.
- D) R\$ 67.000,00.
- E) R\$ 261.000,00.

QUESTÃO 91

A companhia XW S.A apurou o resultado de suas operações no final do exercício, apresentando um lucro de R\$ 310.000,00 antes do imposto de renda, o qual foi calculado em R\$ 46.500,00. A empresa possui acordo de participação de empregados e partes beneficiárias nos resultados da companhia nos percentuais de 5% e 10%, respectivamente. Considerando essa situação hipotética, o valor total a ser distribuído às partes beneficiárias, de acordo com a Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, será igual a

- A) R\$ 13.175,00.
- B) R\$ 25.032,50.
- C) R\$ 26.350,00.
- D) R\$ 31.000,00.
- E) R\$ 38.207,50.

QUESTÃO 92

Segundo a Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que rege as Sociedades por Ações, os saldos das reservas de lucros, constituídas com a destinação de uma parcela dos lucros apurados nos exercícios, têm um limite máximo, que deve ser respeitado legalmente. Ao atingir esse limite máximo, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. De acordo com essas informações, após contabilizar a distribuição do lucro, em moeda corrente, o contabilista apurou os seguintes saldos no grupo do Patrimônio Líquido da entidade:

- capital social - R\$ 3.000.000,00;
- reserva para contingências - R\$ 410.000,00;
- reserva de lucros a realizar - R\$ 500.000,00;
- reserva de retenção de lucros - R\$ 2.625.000,00;
- reserva estatutária - R\$ 450.000,00;
- reserva legal - R\$ 585.000,00;
- reserva para incentivos fiscais - R\$ 100.000,00.

Partindo das informações acima, recebidas pela contabilidade, e de acordo com as exigências da Lei das Sociedades por Ações sobre o limite máximo permitido para a retenção do montante de lucros nas contas das reservas de lucros, assinale a alternativa que indica o valor que ultrapassa esse limite legal, em reais.

- A) R\$ 0,00
- B) R\$ 660.000,00
- C) R\$ 760.000,00
- D) R\$ 1.170.000,00
- E) R\$ 1.670.000,00

QUESTÃO 93

Quanto ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), assinale a alternativa correta.

- A) A consolidação das contas é realizada no 3º nível do plano de contas.
- B) As contas contábeis do PCASP são classificadas segundo a natureza das informações, como orçamentária, patrimonial e de custos.
- C) As contas com saldo de natureza devedora têm o seu saldo acrescido quando são debitadas; quando são creditadas, há redução em seu saldo.
- D) O lançamento contábil relativo à depreciação de um bem terá registro a débito em uma conta da classe 4 e a crédito em uma conta da classe 1.
- E) A utilização do PCASP é obrigatória para todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta dos entes da federação, incluindo seus fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações e empresas estatais independentes.

QUESTÃO 94

Dadas as afirmativas segundo o que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público,

- I. Custo histórico, valor de mercado, custo de reposição ou de liberação, preço líquido de venda e valor em uso, são bases de mensuração dos ativos.
- II. Custo histórico, custo de cumprimento da obrigação, valor de mercado, custo de liberação e preço presumido, são bases de mensuração do passivo.
- III. As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.
- IV. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor presente, atualizadas até a data das demonstrações contábeis.

verifica-se que está(ão) correta(s) apenas

- A) III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) I, II e III.
- E) I, II e IV.

QUESTÃO 95

Considere a situação hipotética: Os demonstrativos contábeis da Prefeitura Municipal de Maceió apresentaram, em 31 de dezembro de 2021, um excesso de arrecadação da ordem de R\$ 100.000.000,00, e um superávit financeiro de R\$ 50.000.000,00. Esses valores são apurados, respectivamente, por meio de

- A) Balanço Orçamentário e de Balanço Financeiro.
- B) Balanço Orçamentário e de Balanço Patrimonial.
- C) Balanço Patrimonial e de Balanço Orçamentário.
- D) Anexo de Metas Fiscais e de Balanço Patrimonial.
- E) Balanço Patrimonial e de Demonstrativo de Fluxo de Caixa.

QUESTÃO 96

No âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, apurado no período de doze meses que a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95%, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de

- A) criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções.
- B) concessão de incentivo ou benefício de natureza tributária, admitida, porém, a ampliação de tais incentivos ou benefícios.
- C) criação de cargo, emprego ou função, desde que não implique aumento de despesa.
- D) alteração de estrutura de carreira, ainda que não implique aumento de despesa.
- E) realização de concurso público, inclusive para reposições de vacâncias.

QUESTÃO 97

A respeito da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), assinale a alternativa correta.

- A) Considerando a atribuição dos Tribunais de Contas para funções controladoras, a eles não são aplicáveis as regras previstas na Lei Complementar nº 101/2000.
- B) A Lei Federal nº 4.320/1964, responsável pela disciplina normativa da elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, é considerada recepcionada pela Constituição Federal de 1988 como lei ordinária.
- C) O princípio da separação dos poderes assegura que o Poder Judiciário não está submetido às regras previstas na Lei Complementar nº 101/2000, dispondo de capacidade normativa para a elaboração das suas próprias normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.
- D) A Lei Complementar nº 101/2000 é aplicável a empresas estatais dependentes, assim consideradas as empresas controladas que recebam do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, incluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- E) A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

QUESTÃO 98

Assinale a alternativa correta sobre a disciplina constitucional dos precatórios.

- A) É obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciais apresentados até abril do ano corrente, devendo o pagamento ser feito até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.
- B) É facultada a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba relacionada ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciais apresentados até o mês de abril do ano em curso, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte mediante atualização monetária.
- C) O valor correspondente aos eventuais débitos inscritos em dívida ativa contra o credor de precatório deverá ser depositado à conta do juízo responsável pela ação de cobrança, que decidirá pelo seu destino definitivo, devendo ocorrer a interrupção no pagamento do precatório correlato, até a compensação da dívida ativa.
- D) É facultada ao credor de precatórios a oferta de seus créditos, ainda que não sejam líquidos e certos, mas advindos de decisão judicial transitada em julgado, para compra de imóveis públicos de propriedade do mesmo ente disponibilizados para venda.
- E) Os demais entes federativos estão autorizados a utilizar valores objeto de sentenças transitadas em julgado devidos à pessoa jurídica de direito público para amortizar dívidas, vencidas ou vincendas nos contratos de refinanciamento, contra a União.

QUESTÃO 99

O ente da federação Beta pretende celebrar convênio para a transferência voluntária de recursos ao ente Delta. Na análise da regularidade da transferência, devem ser observados os parâmetros previstos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- A) É vedada a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada, exceto se houver celebração de aditivo ao convênio; nesse caso, independentemente de previsão orçamentária de contrapartida.
- B) Uma das exigências para a realização de transferência voluntária é a comprovação, por parte do beneficiário, do cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação, à saúde e à segurança pública.
- C) Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes da Lei Complementar nº 101/2000, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde, assistência social e segurança pública.
- D) Uma das exigências para a realização de transferência voluntária é a comprovação, por parte do beneficiário, da observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal.
- E) Para os efeitos da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que decorra ou não de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

QUESTÃO 100

Em relação às receitas e despesas públicas, assinale a alternativa correta.

- A) É vedada a aquisição no mercado, por instituição financeira controlada por ente estatal, de títulos da dívida pública para atender investimento de seus clientes ou títulos da dívida de emissão da União para aplicação de recursos próprios.
- B) A vedação constitucional à obtenção de empréstimo para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios diz respeito apenas a instituições financeiras estatais, não alcançando as contratações realizadas com instituições financeiras privadas.
- C) A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, necessariamente observada a prévia autorização legislativa.
- D) São transferências de capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, exclusivamente mediante contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior, excetuadas as dotações para amortização da dívida pública.
- E) Poderá haver alteração da finalidade de operação de crédito de Estados, do Distrito Federal e de Municípios sem a necessidade de nova verificação pelo Ministério da Economia, desde que haja prévia e expressa autorização para tanto, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou em lei específica e que não configure infração a dispositivo desta Lei Complementar, independentemente da demonstração da relação custo-benefício e do interesse econômico e social da operação.

ATENÇÃO!

O(A) candidato(a) está proibido(a) de destacar esta folha com o gabarito, sob pena de eliminação do processo. Somente o(a) Fiscal de Sala está autorizado(a) a fazer isso no momento da saída do candidato(a) em definitivo do Local de Prova.

Gabarito do Candidato

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	

EDITAL Nº 01/2022 – Tribunal de Contas do Estado de Alagoas – TCE/AL

7.1 A COPEVE/UFAL divulgará o gabarito preliminar, juntamente com as Provas Objetivas, nos endereços eletrônicos www.copeve.ufal.br e www.fundepes.br, na data especificada no Anexo III (26/10/2022), a partir das 20h00.

GABARITO OFICIAL

www.copeve.ufal.br

REALIZAÇÃO



www.ufal.edu.br



Você confia no resultado!

www.copeve.ufal.br



www.fundepes.br



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS